CLWP EÓLICA PARQUE VII S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ nº 16.757.011/0001-50
NIRE nº 42 3 0004556-0
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque VII S.A. ("CLWP VII" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Campo Largo VII é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Geradora Eólica Campo Largo VII, com capacidade instalada 29,7 MW e garantia física de 16,3 MWm, localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, no Estado da Bahia.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à CLWP Brasil Participações S.A., uma holding controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 120,7 GWh, desempenho 6,7% superior à observada em 2023, que foi de 113,4 GWh.
O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2024 atingiu 93,0%, 8,4 p.p. superior ao obtido em 2023, de 84,6%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	30.944	27.287	3.657	13,4
Lucro bruto	15.364	12.971	2.393	18,4
Margem bruta	49,7%	47,5%		2,2 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	15.106	12.756	2.350	18,4
Ebitda (Lajida)[1]	21.628	19.286	2.342	12,1
Margem Ebitda (Lajida)	69,9%	70,7%		(0,8 p.p.)
Resultado financeiro	(3.679)	(3.261)	(418)	12,8
Lucro líquido do exercício	8.858	6.607	2.251	34,1

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu, substancialmente, pelo aumento das vendas de energia com distribuidoras e comercializadora e pelo reconhecimento da receita de indenização de seguros, atenuado pela redução da receita de indenização por indisponibilidade reconhecida.

EBIT: o aumento é motivado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida, atenuado pelo aumento dos custos da energia vendida.

Resultado financeiro: a variação do resultado financeiro é proveniente, substancialmente, do decréscimo das aplicações financeiras, parcialmente compensada, pelos juros de títulos e valores mobiliários e pela redução de juros e variação monetária sobre financiamentos.

Lucro líquido do exercício: o aumento é motivado pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração de CLWP Eólica Parque VII S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2024.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE VII S.A.
CNPJ Nº 16.757.011/0001-50| NIRE Nº 42 3 0004556-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.731	38.162
Contas a receber de clientes	5	4.405	4.227
Indenização por indisponibilidade a receber	13	346	1.668
Outros ativos circulantes		1.029	1.002
		17.511	**45.059**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	21.635	-
Depósitos vinculados	7	3.793	3.892
Outros ativos não circulantes		60	66
		25.488	**3.958**
Imobilizado	**8**	**139.405**	**144.866**
Intangível		**31**	**32**
		164.924	**148.856**
TOTAL		**182.435**	**193.915**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.666	2.713
Dividendos	12	842	628
Financiamento	11	6.707	6.687
Ressarcimentos às distribuidoras	13	5.107	5.683
Outros passivos circulantes		826	952
		16.148	**16.663**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	4.165	2.418
Financiamento	11	61.668	67.582
Ressarcimentos às distribuidoras	13	15.917	13.627
Provisão para desmobilização	8	5.254	4.857
Outros passivos não circulantes		1	3
		87.005	**88.487**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		64.871	78.499
Reservas de lucros		13.149	9.325
Dividendos adicionais propostos		1.262	941
		79.282	**88.765**
TOTAL		**182.435**	**193.915**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE VII S.A.
CNPJ Nº 16.757.011/0001-50| NIRE Nº 42 3 0004556-0
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**30.944**	**27.287**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8	(6.522)	(6.530)
Serviços de terceiros		(4.606)	(3.969)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.812)	(1.755)
Energia elétrica comprada	17	(1.246)	(1.048)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(30)	(71)
Outros		(1.364)	(943)
		(15.580)	**(14.316)**
LUCRO BRUTO		**15.364**	**12.971**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(258)	(215)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**15.106**	**12.756**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.561	3.738
Renda de depósitos vinculados		390	474
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	1.135	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	(6.228)	(6.857)
Juros sobre fornecedores		(430)	(305)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(277)	(249)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		170	(62)
		(3.679)	**(3.261)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**11.427**	**9.495**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**14**		
Imposto de renda		(1.801)	(2.048)
Contribuição social		(768)	(840)
		(2.569)	**(2.888)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**8.858**	**6.607**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**8.858**	**6.607**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**8.858**	**6.607**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE VII S.A.
CNPJ Nº 16.757.011/0001-50| NIRE Nº 42 3 0004556-0
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2022		**78.499**	**1.357**	**2.930**	**586**	**-**	**83.372**
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(586)	-	(586)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.607	6.607
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	330	-	-	(330)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(628)	(628)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	941	(941)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	4.708	-	(4.708)	-
Saldos em 31.12.2023	**12**	**78.499**	**1.687**	**7.638**	**941**	**-**	**88.765**
Redução de capital		(13.628)	-	-	-	-	(13.628)
Dividendos intermediários		-	-	(2.930)	-	-	(2.930)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(941)	-	(941)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.858	8.858
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	443	-	-	(443)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(842)	(842)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	1.262	(1.262)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	6.311	-	(6.311)	-
Saldos em 31.12.2024	**12**	**64.871**	**2.130**	**11.019**	**1.262**	**-**	**79.282**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE VII S.A.
CNPJ Nº 16.757.011/0001-50| NIRE Nº 42 3 0004556-0
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	11.427	9.495
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.522	6.530
Juros e variação monetária sobre financiamento	6.228	6.857
Juros sobre fornecedores	430	305
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	277	249
Juros sobre títulos e valores imobiliários	(1.135)	-
Renda de depósitos vinculados	(390)	(474)
Outros	(62)	29
Resultado antes dos tributos ajustado	**23.297**	**22.991**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(178)	(229)
Indenização por indisponibilidade a receber	1.322	2.297
Outros ativos	(352)	(1.114)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	1.137	8
Ressarcimentos às distribuidoras	1.714	3.107
Outros passivos	(72)	107
Caixa gerado nas operações	**26.868**	**27.167**
Pagamentos de juros sobre financiamento	(5.521)	(5.957)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.181)	(2.239)
Caixa líquido das atividades operacionais	**19.166**	**18.971**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos de valores mobiliários	(20.500)	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	(858)	(177)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(21.358)**	**(177)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(13.628)	-
Pagamento de financiamento	(6.601)	(6.550)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	489	530
Dividendos pagos	(4.499)	(977)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(24.239)**	**(6.997)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(26.431)**	**11.797**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	38.162	26.365
Saldo final	11.731	38.162
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(26.431)**	**11.797**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE VII S.A.
CNPJ Nº 16.757.011/0001-50| NIRE Nº 42 3 0004556-0
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque VII S.A. ("CLWP VII" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 24.08.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo VII ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW[1] e garantia física de 16,3 MW médios. Em 04.07.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,09%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 11.04.2025.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Títulos e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27			
Contempla as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10			
A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)			
As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	2.268	1.359
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	9.463	36.803
	11.731	**38.162**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e de 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2024	31.12.2023
Distribuidoras	4.047	3.870
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”)	347	336
Transações realizadas na CCEE	11	21
	4.405	**4.227**

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R$ 20.500. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM n° 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Total
Aquisição	20.500
Juros	1.135
Saldos em 31.12.2024	**21.635**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo não circulante	21.635
	21.635

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento					Saldos em 31.12.2024
	Quantidade	Remuneração	Vencimento	Principal	Juros	
12ª Emissão Série 4	20.500	CDI + 0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026	21.635

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R$ 3.793 (R$ 3.892 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2024			31.12.2023
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,71%	168.817	(40.101)	128.716	134.705
Edificações e benfeitorias	3,48%	7.375	(1.633)	5.742	5.998
Direito de uso de arrendamentos	2,22%	4.874	(448)	4.426	4.025
Móveis e utensílios	6,25%	17	(1)	16	5
Veículos	6,25%	4	-	4	-
		181.087	**(42.183)**	**138.904**	**144.733**
Em curso		**501**	**-**	**501**	**133**
		181.588	**(42.183)**	**139.405**	**144.866**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2022	**142.741**	**6.253**	**2.757**	**-**	**131**	**151.882**
Ingressos	-	-	-	-	173	173
Reversão de provisão para desmobilização	(1.982)	-	-	-	-	(1.982)
Baixas	(19)	-	-	-	-	(19)
Remensuração	-	-	1.338	-	-	1.338
Transferências	166	-	-	5	(171)	-
Depreciação	(6.201)	(255)	(70)	-	-	(6.526)
Saldos em 31.12.2023	**134.705**	**5.998**	**4.025**	**5**	**133**	**144.866**
Ingressos	-	-	-	-	487	487
Desmobilização	120	-	-	-	-	120
Baixas	(51)	-	-	-	-	(51)
Remensuração	-	-	504	-	-	504
Transferências	103	-	-	16	(119)	-
Depreciação	(6.161)	(256)	(103)	(1)	-	(6.521)
Saldos em 31.12.2024	**128.716**	**5.742**	**4.426**	**20**	**501**	**139.405**

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2024 era de R$ 5.254 (R$ 4.857 em 31.12.2023), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R$ 277 registrada no resultado de 31.12.2024 (R$ 249 em 31.12.2023) e (ii) aumento de R$ 120 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão (reversão de R$ 1.982 em 2023).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo VII, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 07.2015.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos a pagar	4.668	2.855
Fornecedores de materiais e serviços	1.050	909
Fornecedores de imobilizado	814	1.185
Encargos de uso da rede elétrica	154	148
Energia elétrica comprada	145	34
	6.831	**5.131**
Passivo circulante	2.666	2.713
Passivo não circulante	4.165	2.418
	6.831	**5.131**

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação	2024	2025	Provável	Δ + 25% (*)	Administração
TJLP	7,4%	8,0%	0,6 p.p.	2,0 p.p.	-0,7 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
TJLP	68.375	(258)	(949)	330

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	68.375	74.269
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.793)	(3.892)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.731)	(38.162)
Dívida líquida	**52.851**	**32.215**
Patrimônio líquido	**79.282**	**88.765**
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	**0,7**	**0,4**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.666	970	970	16.498	21.104
Financiamento	11.681	21.340	19.852	45.949	98.822
	14.347	**22.310**	**20.822**	**62.447**	**119.926**

f) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	9.463	36.803
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.268	1.359
Contas a receber de clientes	4.405	4.227
Indenização por indisponibilidade a receber	346	1.668
Títulos e valores mobiliários	21.635	-
Depósitos vinculados	3.793	3.892
	41.910	**47.949**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	6.831	5.131
Ressarcimentos às distribuidoras	21.024	19.310
Financiamento	68.375	74.269
	96.230	**98.710**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2022	**79.919**
Juros e variação monetária	6.857
Amortização do principal	(6.550)
Amortização de juros	(5.957)
Saldos em 31.12.2023	**74.269**
Juros e variação monetária	6.228
Amortização do principal	(6.601)
Amortização de juros	(5.521)
Saldos em 31.12.2024	**68.375**
Passivo circulante	6.707
Passivo não circulante	61.668
	68.375

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2026	6.090
2027	6.181
2028	6.274
2029	6.368
2030	6.463
2031 a 2035	30.292
	61.668

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldos em 31.12.2024
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.	06.2035	Mensais	68.375

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	*Covenants*
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida[1] ≥ 1,25

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2024 era de R$ 64.871 (R$ 78.499 em 31.12.2023), representado por 64.871.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 64.870.999 pertencem à controladora CLWP Brasil Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2024, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 842.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2024, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 6.311 do lucro do exercício de 2024 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	26.765	24.597
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	3.797	1.504
Transações no mercado de curto prazo	186	173
Outras receitas	463	-
	31.211	**26.274**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.139)	(959)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	420	1.972
Receita de indenização de seguros[1]	452	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**30.944**	**27.287**

(1) Mais informações vide Nota 16 - Seguros.

a) Distribuidoras

Em 2024, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R$ 2.148 (R$ 2.994 em 31.12.2023), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Adicionalmente, a Companhia realizou o montante de R$ 497 referente às provisões de ressarcimento registradas em anos anteriores. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2024, apresentava saldos de R$ 5.107 e R$ 15.917, respectivamente, no passivo circulante e no passivo não circulante (R$ 5.683 e R$ 13.627 em 31.12.2023).

Os ressarcimentos ocorrem anual e quadrienalmente, o ressarcimento anual possui flexibilização de 10%, ocorrendo em função da variabilidade dos ventos e fatores gerais do mercado de energia, entregas menores que 90% da energia contratada são mensuradas anualmente. Por sua vez, o ressarcimento quadrienal tem flexibilização verificada no contexto quadrienal, motivado pelo regime sazonal de ventos. Sendo assim, cada cálculo perdoado no ressarcimento anual é considerado para o quadriênio, assim como é considerado nas energias entregues acima de 100% de cada ano. A valoração é calculada pela diferença mensurada com o maior entre o preço de venda fixado no leilão e o PLD do período de referência. O pagamento é realizado no ano subsequente da mensuração, por meio da redução da receita de venda.

b) Receita de indenização por indisponibilidade

Também em 2024, a Companhia reconheceu um valor de R$ 420 (R$ 1.972 em 31.12.2023) relativos à multa contratual por indisponibilidade referente ao contrato de O&M para os parques integrantes do Consórcio Campo Largo. Esse reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Indenização por indisponibilidade a receber", a qual, em 31.12.2024 apresentava o saldo de R$ 346 (R$ 1.668 em 31.12.2023) em aberto no ativo circulante.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	**31.211**	**31.211**	**26.274**	**26.274**
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**2.497**	**3.745**	**2.102**	**3.153**
Receita financeira	3.819	3.819	4.213	4.213
Receita extraordinária	420	420	1.972	1.972
Receita de indenização de seguros	452	452	-	-
Outros	112	100	-	-
Base de cálculo	**7.300**	**8.536**	**8.287**	**9.338**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(1.825)**	**(768)**	**(2.072)**	**(840)**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(1.801)**	**(768)**	**(2.048)**	**(840)**

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R$ 43.663.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até julho de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R$ 14.539.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão A-5, de 28.11.2014, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2024, era de R$ 404.997.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo participa da referida apólice no montante de R$ 2.235.878 para danos materiais e R$ 437.776 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2025.

Em 2024, houve a confirmação da ocorrência de um sinistro com a cobertura de lucros cessantes. Obteve-se o parecer favorável para o pagamento da indenização concedido pela seguradora, a partir do qual a Companhia concluiu que o evento é certo e se tornou recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em dezembro deste ano, a Companhia registrou a indenização do seguro para refletir os efeitos das transações. Desta forma, foi reconhecido em 2024 o montante de R$ 452 relacionado aos lucros cessantes.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2024 foi de R$ 174 (R$ 168 em 31.12.2023).

b) Transações entre partes relacionadas

	ATIVO		PASSIVO	RESULTADO			
	Contas a receber	Títulos e valores mobiliários	Fornecedores	Receita operacional líquida	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	Compra de energia	Receitas Financeiras
EBC	347	-	145	3.658	-	1.197	-
CLWP I	-	-	14	-	-	-	-
ENGIE	-	21.635	363	-	-	-	1.135
CLWP III	-	-	-	-	-	49	-
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	12	-	-
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	20	-	-
31.12.2024	**347**	**21.635**	**522**	**3.658**	**32**	**1.246**	**1.135**
31.12.2023	**336**	**-**	**484**	**1.449**	**29**	**1.048**	**-**

Os contratos de longo prazo firmados entre as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo, e foram firmados em condições negociadas entre as partes.

			Índice de atualização anual		Compromisso futuro
Vendedor	Comprador	Vencimento		Data base de reajuste	Base 31.12.2024
CLWP VII	EBC	2038	IPCA	Janeiro e Dezembro	57.967
EBC	CLWP VII	2038	IPCA	Janeiro	5.949

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2024	2023
Remensuração dos arrendamentos	504	1.338
Provisão (reversão) de desmobilização	120	(1.982)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(441)	(836)
Fornecedores de imobilizado	(371)	(4)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da CLWP Eólica Parque VII S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi
Contador - CRC SC 043065/O-0

Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CLWP Eólica Parque VII S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLWP Eólica Parque VII S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

  atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 11 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O